



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROCESSO PJECOR N.º: 00000165-09.2022.2.00.0808

UNIDADE JUDICIÁRIA: 2º Juizado Especial Cível do Juízo de Cariacica/ES - Comarca da Capital

JUIZ DESIGNADO: Dr. Ademar João Bermond

ASSUNTO: Correição Virtual – 2022

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL**

**2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JUÍZO DE CARIACICA/ES – COMARCA DA CAPITAL**

Submeto aos ilustres membros deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura a apreciação do Relatório de Correição Virtual levada a efeito no **2º Juizado Especial Cível do Juízo de Cariacica/ES**, em atendimento aos termos da Portaria n. 011/2022 e do Edital n. 037/2022, disponibilizado no Diário Eletrônico do dia 20/05/2022.

**1. METODOLOGIA UTILIZADA**

A metodologia utilizada na presente Correição Virtual é fundamentada em relatórios analíticos gerenciais, com especificações de todos os processos do **2º Juizado Especial Cível do Juízo de Cariacica/ES**, fornecidos pelos sistemas de automação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Objetiva-se, pois, prevenir e corrigir irregularidades no uso e na alimentação do sistema informatizado de gerenciamento e movimento processual, permitindo, assim, adequada viabilidade do instrumento para as rotinas cartorárias e, conseqüentemente, a boa prestação jurisdicional.

Com efeito, a equipe correcional iniciou o exame qualitativo dos processos quanto às últimas movimentações e a situação temporal em que se encontravam, nos parâmetros definidos pelo artigo 15 do Código de Normas.

A correição ensejou, dessa forma, o levantamento prévio de dados sobre os processos que se encontravam com andamento paralisado, assim como aferição acerca da organização das atividades desenvolvidas na unidade e da eficiência e desempenho dos recursos humanos disponibilizados, para ao final perfilar recomendações e determinações de ajustes ao fiel cumprimento das leis e normas atinentes à hipótese.

**2. ESTRUTURA FUNCIONAL**

**Juiz Responsável**

| Juiz                | Vínculo   | Ato                                |
|---------------------|-----------|------------------------------------|
| Ademar João Bermond | Designado | Ofício DM nº 2.506/21 - 15/12/2021 |

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 19/08/2022)

Vale registrar, ainda, que o citado Magistrado responde, também, como Titular do 3º Juizado Especial Cível do Juízo de Cariacica/ES.

**Servidores lotados**

| Servidor (a)                 | Cargo   | Função  |
|------------------------------|---|---|
| Vagner da Silva Machado      | Analista Judiciário Especial - QS - Escrivão Judiciário | -   |
| Fabricio Harckbart Subtil    | Analista Judiciário - AJ - Direito                      | Chefe de Secretaria Substituto - Ato nº 429/14 - 21/02/2014 |
| Tais Negreiros Ferraz Vieira | Analista Judiciário - AJ - Direito                      | -   |
| André Roepke                 | Chefe do Setor de Conciliação                           | -   |
| Helio Borges Junior          | Assessor de Juiz  | -   |

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 19/08/2022)


#### Servidores à disposição de outras Unidades

| Servidor (a)                        | Cargo  | Observação   |
|-------------------------------------|--|--|
| Bruno Varanda Turbay                | Analista Judiciário - 01 - QS - Escrevente Juramentado | Respondendo pelo cargo de Chefe de Secretaria da 3ª Vara de Família de Cariacica   |
| Hélio Carlos Mattos de Paula Junior | Analista Judiciário - AJ - Direito                     | Lotado no 4º Juizado Especial Cível de Cariacica   |
| Leonardo Alencastre Fuzari          | Analista Judiciário - AJ - Direito                     | Respondendo pelo cargo de Chefe de Secretaria Substituto do 2º Juizado Especial Criminal e da Fazenda Pública de Cariacica |

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 19/08/2022)

A Lei Complementar Estadual nº 234/02 – Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo – prevê, como paradigma, a lotação de **06 (seis) Analistas Judiciários 02 – Área Judiciária** para o 2º Juizado Especial Cível do Juízo de Cariacica/ES. Vê-se, daí, que o quadro funcional da secretaria da unidade encontra-se **incompleto**, não atendendo a previsão mínima estabelecida em lei.

Entretanto, conforme Tabela de Lotação de Pessoal – TLP de todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, disponibilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas no site do Tribunal de Justiça<sup>1</sup>, a lotação real de servidores efetivos da Unidade é de 03 (três) servidores e a lotação paradigma é de 05 (cinco) servidores, vejamos:

| TABELA DE LOTAÇÃO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  |              |                           |    |           |    |                           |   |   |  |                  |
|---|--------------|---------------------------|----|-----------|----|---------------------------|---|---|--|------------------|
|  <b>TLP1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro e Segundo Grau do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo</b><br>Referência: 01 de janeiro de 2022 |              |                           |    |           |    |                           |   |   |  |                  |
| UNIDADES JUDICIÁRIAS DO APOIO DIRETO DO PJES  |              |                           |    |           |    |                           |   |   |  |                  |
| Grau  | Tipo         | Descrição da Unidade      | UF | Município | LP | LOTAÇÃO REAL DOS EFETIVOS | LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES QUE INGRESSARAM POR CESSÃO OU REQUISICIAÇÃO | LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES SEM VÍNCULO | LOTAÇÃO REAL DE OUTROS SERVIDORES DE UNIDADES PRIVATIZADAS | ASSESSOR DE JUIZ |
| 1   | A - JUIZADOS | 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL | ES | CARIACICA | 5  | 3                         | 0   | 3                                       | 0  | 0                |

1 Disponível em: [http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1\\_jan2022-PADR%C3%83O.pdf](http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1_jan2022-PADR%C3%83O.pdf) . Consulta realizada em 19/08/2022.

### 3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA UNIDADE

A estatística processual da unidade foi consolidada a partir dos sistemas informatizados utilizados para movimentação de todos os processos da Vara.

#### Processos distribuídos

| Indicador                  | Total | Média/mês |
|----------------------------|-------|-----------|
| Janeiro a dezembro de 2020 | 1.084 | 90        |
| Janeiro a dezembro de 2021 | 1.593 | 133       |

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 19/08/2022)

#### Evolução do acervo

| Ano  | Acervo |
|------|--------|
| 2020 | 1.661  |
| 2021 | 1.676  |

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 19/08/2022)

#### Acervo atual

|                            | Agosto 2022 |
|----------------------------|-------------|
| Total                      | 1.904       |
| Suspensos ou sobrestado    | 46          |
| Arquivados provisoriamente | 5           |
| Tramitação ajustada        | 1.853       |

(Tramitação ajustada: acervo real em movimento na unidade judiciária)

### 4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO GABINETE

#### Processos conclusos

| Indicador   | 1ª fase    | 2ª fase    |
|---|------------|------------|
| Quantidade total de processos <b>conclusos</b>        | <b>602</b> | <b>460</b> |
| Conclusos para <b>sentença</b> há mais de 100 dias    | 44         | <b>128</b> |
| Conclusos para <b>decisão</b> há mais de 100 dias     | 2          | <b>4</b>   |
| Conclusos para <b>despacho</b> há mais de 100 dias    | 41         | 4          |
| Conclusos para <b>ato diverso</b> há mais de 100 dias | 31         | 12         |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 19/08/2022)

#### Audiências

| Indicador   | 1ª fase | 2ª fase |
|---|---------|---------|
| Quantidade de audiências designadas                             | 410     | 215     |
| Quantidade de audiências designadas para <b>mais de 4 meses</b> | 0       | 0       |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 19/08/2022)

### 5. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

#### Tabela Processual Unificada – CNJ

| Indicador                        | 1ª fase | 2ª fase |
|----------------------------------|---------|---------|
| Processos sem migração de classe | 0       | 0       |
| Processos sem assunto            | 0       | 0       |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 19/08/2022)

#### Processos sem movimentação há mais de 100 dias

| Indicador                                      | 1ª fase | 2ª fase   |
|--|---------|-----------|
| Processos sem movimentação há mais de 100 dias | 5       | <b>13</b> |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 19/08/2022)

#### Petições pendentes de juntada há mais de 10 dias

| Indicador                     | 1ª fase | 2ª fase |
|-------------------------------|---------|---------|
| Petições pendentes de juntada | 1       | 0       |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 19/08/2022)

#### Cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 dias

| Indicador                                   | 1ª fase | 2ª fase |
|---|---------|---------|
| Cartas precatórias pendentes de cumprimento | 1       | 1       |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 19/08/2022)

#### Processos fora de cartório há mais de 30 dias

| Indicador  | 1ª fase | 2ª fase |
|--|---------|---------|
| Processos fora de cartório ou em remessa externa | 0       | 0       |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 19/08/2022)

#### Mandados pendentes de devolução por parte de Oficial de Justiça há mais de 30 dias

| Indicador  | 1ª fase | 2ª fase |
|--|---------|---------|
| Mandados pendentes de devolução há mais de 30 dias | 13      | 16      |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 19/08/2022)

### 6. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS

#### Meta 1 CNJ/2021 (Foco: Produtividade)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

| Percentual obtido | Resultado                |
|-------------------|--------------------------|
| 81%               | Meta <b>não</b> cumprida |

#### Meta 2 CNJ/2021 (Foco: Celeridade)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

| Percentual obtido | Resultado            |
|-------------------|----------------------|
| 125%              | Meta <b>cumprida</b> |

(Fonte: Núcleo de Processamento de Estatística - referente à Dezembro de 2021)

### 7. DESEMPENHO DA UNIDADE JUDICIÁRIA

#### 7.1. Gabinete

A apuração sistêmica dos dados da unidade, consolidados até o dia 25/05/2022, revelou a existência de **602 (seiscentos e dois)** processos em gabinete para análise do Magistrado, sendo **118 (cento e dezoito)** há mais de 100 (cem) dias.

Em nova consulta realizada no dia 19/08/2022, percebe-se que o acervo concluso obteve uma redução, contudo o quantitativo de processos **com registro de excesso de prazo de conclusão aumentou para 148 (cento e quarenta e oito) feitos**.

Vale registrar, neste ponto, a resposta do MM. Juiz, na qual esclarece que: "o juiz leigo designado para o 2º JEC foi remanejado à revelia deste juiz, em circunstâncias ainda não explicadas. Esse fato, que revela – pelo menos – desrespeito com este juiz, agravou a situação do 2º JEC porque reduziu, significativamente, a capacidade de trabalho no Gabinete. Inclusive, desde então tenho tentado junto à Presidência a designação de novo juiz leigo exclusivo para o 2º JEC, sem sucesso, conquanto informado que há unidades com dois ou três juízes leigos designados."

Não obstante, o MM. Juiz registra que mesmo com a equipe de Gabinete incompleta, tem reduzido o prazo médio de apreciação dos feitos.

Em que pese esta última informação apresentada pelo Magistrado, verifica-se que alguns feitos aguardam impulsionamento por parte do gabinete há aproximadamente 6 (seis) meses, sendo necessário que o Juízo adote, com urgência, as medidas necessárias visando o impulsionamento/julgamento dos processos mais antigos paralisados.

Contudo, diante da informação apresentada acerca do remanejamento do juiz leigo que atuava na unidade ora correicionada, o que prejudicou a produtividade do gabinete, entendo prudente oficiar à eg. Presidência para que tome ciência da situação do 2º Juizado Especial Cível de Cariacica, bem como adote as medidas que entender cabíveis.

Por fim, registra-se o bom desempenho da Unidade quanto ao cumprimento da Meta 2 CNJ, cujo percentual obtido no ano de 2021 foi de 125%. Entretanto, observa-se que a Meta 1 CNJ não foi cumprida, devendo o Juízo adotar medidas concretas voltadas ao atendimento integral das *Metas Prioritárias* estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça, impulsionando efetivamente os processos inseridos na referida meta.

## 7.2. Secretaria

Analisando os dados extraídos tanto na 1ª fase quanto na 2ª fase da correição, foi possível verificar que as pendências verificadas na secretaria do 2º Juizado Especial Cível de Cariacica são poucas, entretanto, dois pontos precisam ser observados com maior atenção, quais sejam: os **processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias** e os **mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça**.

No que se refere aos processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias, verifica-se que no primeiro levantamento de dados, constavam apenas 05 (cinco) processos na referida situação, contudo, após a 2ª fase da correição, o quantitativo subiu para 13 (treze) feitos.

Desse modo, deve a secretaria adotar as medidas necessárias visando o impulsionamento de todos os processos paralisados inadequadamente, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.

Quanto aos mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça, o Magistrado esclareceu que determinou ao Sr. Escrivão Judiciário a cobrança dos mandados devidamente cumpridos.

Compulsando a listagem atualizada de mandados pendentes de devolução, infere-se que 16 (dezesesseis) mandados permanecem sem devolução, sendo que um já conta com 80 (oitenta) dias de distribuição.

Assim, deve a secretaria sempre observar o dispositivo no inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas, procedendo-se às devidas cobranças e comunicando os fatos ao Magistrado, caso não seja realizada a devolução dos mandados dentro do prazo.

## 8. DETERMINAÇÕES

### 8.1 Ao Juiz Designado

| EVENTO   | DETERMINAÇÃO   |
|--|--|
| <b>Situação da unidade judiciária</b>          | <b><u>Encaminhe</u></b> impreterivelmente no prazo de <b>30 (trinta) dias, relatório detalhado</b> à Corregedoria Geral da Justiça quanto a adoção de todas as medidas correicionais direcionadas à Unidade;<br><b><u>Adote</u></b> , doravante, as orientações e medidas como rotinas de trabalho, fiscalizando, a observância, pelo cartório da alimentação dos sistemas informatizados; |
| <b>Processos conclusos há mais de 100 dias</b> | <b><u>Adote</u></b> as medidas necessárias visando o impulsionamento/julgamento dos processos inseridos em referida situação;<br><b><u>Promova</u></b> o <b>acompanhamento regular</b> do acervo de processos conclusos, de modo que o tempo de resposta conferido aos pronunciamentos judiciais não exceda o prazo de 100 dias, conforme orientações do CNJ.                              |
| <b>Metas Nacionais CNJ</b>                     | <b><u>Monitore</u></b> , semanalmente, os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cuinho a propiciar seu integral atendimento.   |

### 8.2. Ao Escrivão Judiciário

| EVENTO                                    | DETERMINAÇÃO   |
|---|--|
| Processos paralisados há mais de 100 dias | <b><u>Trabalhe</u></b> efetivamente todos os processos paralisados inadequadamente em cartório há mais de 100 dias, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais, nos termos do artigo 153 do CPC;   |
| Mandados expedidos                        | <b><u>Mantenha</u></b> rigoroso controle sobre os prazos para cumprimento dos <i>mandados judiciais expedidos</i> , em atendimento ao estabelecido no Código de Normas, <b><u>procedendo</u></b> a sua regular cobrança quando excedido o tempo para devolução, nos termos do inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas;   |
| Cartas precatórias                        | <b><u>Observe</u></b> , no que diz respeito às cartas precatórias recebidas para fins de cumprimento, o disposto nos incisos XXIV, do artigo 438 do Código de Normas, de modo que tenham <u>prioridade de tramitação</u> ; comunique pela via eletrônica ou telefônica ao Juízo deprecante, em tal situação, o número de autuação da carta precatória e outros dados importantes para o cumprimento do ato solicitado, tais como a data de eventual audiência designada ou sobre a expedição de mandado; por fim, no que diz respeito exclusivamente às solicitações de atos citatórios/intimatórios deprecados, após a apuração do resultado das diligências dos oficiais de justiça, informe-as imediatamente por meio eletrônico ao Juízo deprecante; |

## 9. ORIENTAÇÕES GERAIS

### 9.1. Ao Juiz Designado

| EVENTO                          | ORIENTAÇÃO  |
|---------------------------------|---|
| Suspeição e Impedimento         | <b><u>Observe</u></b> o Provimento n. 36/2019, alterado pelo Provimento n. 27/2020, que determina que as decisões de suspeição e impedimento proferidas nas suas respectivas unidades judiciárias sejam devidamente registradas pelos movimentos 12.150, 12.151 ou 269, conforme o sistema utilizado; |
| Processos físicos e eletrônicos | <b><u>Utilize</u></b> os atos <i>judiciais dinâmicos</i> (despacho/mandado; decisão/mandado; julgamento/mandado; despacho/AR; decisão/AR etc.), evitando-se o retrabalho para a unidade judiciária, conforme recomendação constante do Ofício Circular nº 70/2014.                                    |

### 9.2. Ao Escrivão Judiciário

| EVENTO              | ORIENTAÇÃO  |
|---------------------|---|
| Juntada de petições | <b><u>Proceda</u></b> a juntada de petições e AR's nos autos conclusos diretamente no gabinete do magistrado, abstenho-se de retirá-los indevidamente para qualquer fim, e se atentando a utilização do respectivo movimento taxonômico que não altera a ordem cronológica de conclusão, qual seja: "juntada de petição de #{tipo de petição}" (código 85); |
| Processos em carga  | <b><u>Relacione</u></b> , mensalmente, todos os processos com carga não devolvidos no prazo conferido e <b><u>promova</u></b> a intimação do responsável, via Diário da Justiça, para proceder sua devolução em 3 (três) dias,  |

|  |   |
|--|---|
|  | comunicando ao Magistrado as hipóteses de retenção indevida, em observância ao artigo 399 e seguintes do Código de Normas.  |
| <b>Observância aos comandos exarados pelo Magistrado</b> | <b><u>Fiscalize e implemente</u></b> , cuidando-se de despacho ou decisão que contenham diversos itens para cumprimento pelo cartório, <i>todas as determinações lançadas pelo Magistrado</i> , evitando-se, com isso, conclusões desnecessárias em prejuízo da celeridade do trâmite processual. |
| <b>Processos aptos ao arquivamento</b>                   | <b><u>Arquive</u></b> os processos findos, sempre que existentes, em caixa previamente preparada, utilizando-se o movimento “arquivado definitivamente” (código 246), uma vez que qualquer outra sistemática torna o acervo da serventia fictício.  |

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correção realizada possibilitou a percepção de que, dentro das condições em que se encontra inserido, o 2º Juizado Especial Cível de Cariacica apresenta bons indicadores de desempenho e organização, em que pese a identificação de algumas inconsistências na movimentação processual, bem como o aumento do quantitativo de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, verificado após a 2ª fase da correção.

Foram traçadas algumas determinações ao Sr. Escrivão Judiciário para que, em atenção as atribuições que lhe foram conferidas por lei, exerça a gerência administrativa do cartório, de modo que os feitos sejam impulsionados regularmente na conformidade da rotina laboral impedindo-se, assim, atrasos e represamentos injustificados na marcha processual.

Ao Juiz designado por sua vez, foi determinado que adote as medidas necessárias visando o impulsionamento/julgamento dos processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, bem como monitore os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cumulo a propiciar seu integral atendimento.

Por fim, foi determinado ao Magistrado que apresente **no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado** à Corregedoria Geral da Justiça, enunciando os resultados obtidos pela adoção de todas as medidas correcionais direcionadas à Unidade.

Outrossim, não se pode olvidar a situação apresentada pelo Magistrado no que concerne ao remanejamento do juiz leigo que atuava na unidade ora correicionada, o que prejudicou a produtividade do gabinete.

Desse modo, após a devida aprovação do presente Relatório, **determino** a remessa de cópia do presente e da resposta do Magistrado à Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça para a adoção das medidas que entender pertinentes quanto a possibilidade de localização de um juiz leigo na citada unidade judiciária.

Este é o relatório que me cumpria submeter ao crivo deste Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Vitória/ES, 19 de agosto de 2022.

**Desembargador CARLOS SIMÕES FONSECA**

**Corregedor Geral da Justiça**



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS SIMOES FONSECA, CORREGEDOR**, em 31/08/2022, às 16:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1283261** e o código CRC **DDD843D4**.